



1290000529



IE

TCC/UNICAMP L547b

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**

**INSTITUTO DE ECONOMIA**



## **Brasil e Holanda em Pernambuco**

Wolfgang Lenk

Monografia de conclusão de curso,  
feita sob orientação do  
Prof. Dr. Rui Guilherme Granziera

Campinas, dezembro de 1999 ✓

À memória de meus avós

## Agradecimentos

Ao professor Dr. Rui Guilherme Granziera, pela densidade de sua orientação e pela sua serenidade e firmeza ao lidar com meu aprendizado.

Aos demais professores do Instituto de Economia e da Universidade Estadual de Campinas, bem como da Escola Comunitária de Campinas, pela educação privilegiada e pelo convívio risonho.

Aos meus colegas estudantes que me ouviram balbuciar loucuras de um século distante, em especial Christoph, pela sua visita à Torre do Tombo e pela sua amizade sem fundos, Zé Renato, pelos valiosos mapas encontrados no IFCH, e André, pelo indispensável testemunho de um pernambucano arretado.

À FAPESP, por corajosamente custear minhas reflexões chinfrins.

Ao meu pai, por me avisar da origem germânica (claro!) do Conde de Nassau, e à minha mãe, por me ensinar o pouco que eu sei.

À Aline, por segurar as minhas rédeas com firmeza.

1.Introdução.....	1
2.Guerra na europa e guerra no brasil.....	4
3.Tempo dos Flamengos.....	16
4.Olinda Restaurada.....	31
5.O Valeroso Lucideno.....	45
6.Conclusões.....	51
7.Bibliografia.....	57

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi utilizado como monografia de conclusão da graduação do autor, e recebeu apoio da FAPESP com Bolsa de Iniciação Científica entre junho e dezembro de 1999. Em se tratando de uma bolsa de apenas seis meses de duração, este é o único relatório das atividades envolvidas pela pesquisa. Cabem, portanto, algumas explicações.

A pesquisa seguiu uma bibliografia básica, a ser explicitada: da obra de Giovanni Arrighi foi extraída sua reflexão acerca da hegemonia capitalista holandesa dos séculos XVII e XVIII, bem como o estudo das Companhias holandesas de exploração comercial, que serviu de pano de fundo para todo o trabalho. Na obra de José Antônio Gonsalves de Mello buscou-se as raízes do desenvolvimento de Recife no seu período holandês, bem como a dinâmica da dicotomia Olinda-Recife. Dos livros de Evaldo Cabral de Mello foram extraídas considerações sobre as guerras de resistência e de restauração, a restauração portuguesa de 1640 e a insurreição e a metamorfose da açucarocracia. Do Valeroso Lucideno, do frei Manuel Calado, buscou-se enriquecer o conhecimento adquirido com outras fontes na leitura de uma importante fonte primária, cuja maior contribuição foi para a imaginação histórica do autor.

O mapa na página 16 foi feito com base no mapa de Cornelis Goliath, datado de 1648 e impresso na Holanda, que aparece na obra "Tempo dos Flamengos", de José Antônio Gonsalves de Mello. Entretanto, usou-se na elaboração da legenda cartas de João Teixeira Albernaz, de 1631 e 1661, estes tirados da "Portvgaliae Monvmenta Cartographica", vols. IV e V. Particularmente, a barra e os recifes (um sempre descoberto e outro que não descobre) foram aproximadamente localizados no mapa de Goliath.

Quanto aos objetivos originais desta pesquisa, houveram certas limitações. A consulta de fontes primárias foi restringida pelo tempo de pesquisa e pela dificuldade do acesso de grande parte das mesmas. Conseguiu-se, todavia, contato com o Arquivo Nacional em Haia, na Holanda, e com a Biblioteca Nacional de Lisboa e o Arquivo da Torre do Tombo. Não foi possível consultar as suas fontes, mas para um futuro próximo isto foi facilitado. Além disso, o principal obstáculo (além de uma fratura de clavícula) foi o curto período de tempo para a realização de tão vasta investigação, com tantas questões secundárias a ela atreladas. Apesar disso, os frutos colhidos pela pesquisa são válidos e de grande consideração para o crescimento pessoal do autor.

## 2. GUERRA NA EUROPA E GUERRA NO BRASIL

Para compreender a história das guerras holandesas no Brasil é indispensável não perder de vista o cenário europeu da luta entre espanhóis e holandeses, imbricado com as desventuras da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) e com os movimentos da história econômica que estiveram por trás destas.

Foi, então, a Guerra dos Trinta Anos a primeira guerra mundial?

Em um certo sentido, o mesmo em que segue este trabalho, sim. As guerras do Brasil holandês são parte de um grupo de conflitos travados por todo o mundo, entre os quais o mais notório é a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648). Portugal e suas possessões ultramarinas estavam, deste Filipe II, sob o governo da Coroa espanhola - a Coroa do poder territorialista mais importante do século XVI e em franca decadência no início do século XVII. Contra a Espanha e a Áustria estavam a França, lutando pelo equilíbrio europeu entre Bourbons e Habsburgos, e as Províncias Unidas dos Países Baixos, a potência capitalista que expandia suas redes comerciais sobre as possessões portuguesas e espanholas no mundo - em última estância, a Holanda avançava contra a supremacia comercial genovesa.

A Espanha fora a potência com que se aliou o capitalismo genovês, hegemônico desde meados do século XV até a décadas antes da derrocada do império espanhol. Por sua vez, a origem da hegemonia de Gênova como poder capitalista como centro fundamental de uma grande rede de acumulação de capital, está nas suas derrotas durante o século XIV e XV para as outras cidades-Estado do quadrilátero italiano. Gênova cresceu no mesmo ambiente de concorrência que as outras, mas lá a alienação do Estado aos interesses urbanos foi mais conflituosa e difícil, pois a aristocracia rural ainda resistia. Assim, o capitalismo genovês nasceu por um caminho diferente: enquanto em Florença e em Veneza ele se aperfeiçoou na gestão do Estado, em Gênova ele moveu-se para a formação do mercado. Entretanto, a crise de hiperacumulação, o distanciamento da aristocracia rural (restringindo as oportunidades de investimento e privando a cidade de proteção militar) e os avanços dos otomanos sobre a rota comercial com a China via Mar Negro e dos venezianos no comércio com o Levante implodiram a rede de acumulação genovesa.

A matriz do capitalismo genovês do século XVI está nos seus infortúnios entre 1450-1550. Com o desmonte dos seus vínculos comerciais e a refeudalização do meio rural, ou seja, uma imensa reserva de capital e incapacidade de proteger seu tráfego (num mundo cada vez mais hostil), a burguesia genovesa recorreu ao seu principal "quintal

econômico", seu futuro grande aliado, a Espanha. "A expansão material [do capitalismo genovês] foi promovida e organizada por um agente dicotômico, formado por um componente aristocrático e territorialista - que se especializou na proteção e na busca de poder - e um componente burguês - que se especializou no comércio e na busca de lucro"<sup>1</sup>. Os genoveses agiam como banqueiros do governo espanhol, o que possibilitava sua supremacia no mercado cambial europeu (graças à prata americana). Entre 1557 e 1625 este sistema de expansão financeira funcionou perfeitamente bem. Quanto mais a Espanha entrava em diferentes palcos de expansão territorial, mais as dificuldades da Coroa espanhola apertavam os elos com Gênova, a essa altura mais financeiros que comerciais, transformando o fluxo intermitente da prata em um fluxo constante.

Intrínseca ao caráter da cooperação entre espanhóis e genoveses está uma característica fundamental do ciclo de acumulação genovês: enquanto sua principal rival, Veneza, especializara-se na gestão do Estado e da guerra, os genoveses tornaram-se técnicos *virtuosi* da gestão do capital. Veneza foi o protótipo das formas futuras de capitalismo monopolista de Estado, enquanto Gênova foi o modelo das formas futuras de capitalismo financeiro

---

<sup>1</sup> ARRIGHI, *O Longo Século XX*, pp. 124.

cosmopolita. Justamente pela incapacidade do Estado genovês em oferecer proteção ao seu comércio que a cidade sofreu seguidas derrotas para seus concorrentes venezianos e foi forçada a abrir novas rotas de comércio dentro e fora de suas fronteiras geográficas. Como consequência disso, os genoveses passaram a controlar uma rede comercial e financeira cosmopolita montada na externalização dos custos de proteção. Em outras palavras, o comércio genovês viajava de carona nos navios espanhóis - a fraqueza de Gênova, a sua carência de proteção para seu comércio, tornou-se sua força: a sua participação no esforço imperialista de um Estado poderoso, a Espanha de Ferdinando e Isabel, de Carlos V e de Filipe II.

Mas a mesma externalização dos custos de proteção determinaria os limites do regime de acumulação genovês, uma vez que, neste regime, a lógica territorialista não estava subjugada á lógica capitalista. O poder militar e marítimo que estava associado ao capitalismo genovês não estava exatamente sob seu controle. Este fato se torna evidente quando emerge o regime holandês de acumulação, o que passaria a dominar o comércio mundial a partir de então, e que trabalhava com custos de proteção internalizados no agente de acumulação de capital. Na eclosão do ciclo holandês de acumulação de capital está a origem da derrocada do Império espanhol, marcada pela Guerra dos Trinta anos, e da invasão do Nordeste Brasileiro

pela West-Indische Compagnie (Companhia das Índias Ocidentais, a WIC).

A principal alavanca do capitalismo holandês foi o controle do abastecimento de cereais e suprimentos navais do mar Báltico. Com este mercado sob seu domínio os mercadores flamengos foram os únicos supridores de recursos importantes para a guerra num momento em que as guerras foram comuns. Tal desequilíbrio temporal e espacial entre oferta e demanda por estes suprimentos só pode ser aproveitado pela marinha mercante holandesa, pois seu outro concorrente natural na região - a Hansa - estava em crise. O comércio do Báltico foi, portanto, origem, e não consequência, do desenvolvimento capitalista holandês. Tão logo esta rede de acumulação se firmou, seu excedente de capital foi direcionado como nas cidades-Estado italianas: em bens geradores de renda (especialmente em terras e no desenvolvimento da agricultura para fins comerciais), no patrocínio de atividades culturais e na gestão da guerra e do Estado. Isso foi possibilitado pela revolta e independência holandesa de 1568, que permitiu a criação de um Estado (as Províncias Unidas) alienado ao interesse capitalista e desencadeou uma guerra com a Espanha (as Províncias Obedientes, atual Bélgica) que duraria até 1648.

À altura da Guerra dos Trinta Anos, a Coroa espanhola já não tinha ambições de reconquistar as Províncias

rebeldes dos Países Baixos. Apenas tentava defender o restante das Províncias Obedientes da aliança franco-neerlandesa, como parte do jogo político entre Habsburgos e Bourbons. Por sua vez, à Holanda já não interessava tanto a libertação das províncias ao sul. Seu interesse era abrir os centros de comercialização de especiarias no Oriente e de açúcar no Brasil - ao contrário do caráter religioso das guerras espanholas, as Províncias Unidas guerreavam pela expansão comercial de sua classe mercantil, em especial a de Amsterdam. O regime holandês, assim como Veneza fizera, enraizou-se desde o início na auto-suficiência e competitividade no uso da força. Sua estratégia se dividia em três objetivos complementares: a centralização do comércio mundial e a centralização das altas finanças em Amsterdam, aliadas à criação de grandes companhias de comércio e navegação. Enquanto Amsterdam construía grandes armazéns, uma Bolsa de Valores (a primeira no mundo) e instituições bancárias que permitissem a ascensão da cidade como centro supremo do comércio e das finanças, as companhias de navegação foram instrumentos poderosos de expansão global das redes comerciais e financeiras. Navegadas e protegidas pelas companhias como a WIC, as ligações marítimas diretas com Amsterdam faziam dessa o centro do comércio internacional. A centralização do comércio aumentava a demanda efetiva de moeda na cidade, aumentando o poder da Bolsa de Valores e das instituições

bancárias. A Bolsa de Valores, por sua vez, abria o capital das companhias para o investimento privado. No sentido oposto deste círculo, os papéis das companhias tiveram papel decisivo na criação da Bolsa de Valores e na centralização das finanças em Amsterdam, que permitia atender a elevação da demanda de moeda provocada pela centralização do comércio, que sustentava o poder comercial das companhias de navegação. Deste modo montou-se um esquema circular e cumulativo entre as três estratégias do capitalismo holandês, pois o sucesso em uma delas gerava o sucesso nas outras duas.

Se as companhias de navegação como a WIC e a VOC (a Companhia das Índias Orientais) tiveram papel essencial na ascensão do ciclo holandês de acumulação, então fica claro a importância da internalização dos custos de proteção e de guerra neste regime. Tal internalização permitiu aos mercadores neerlandeses expandir seus processos de acumulação de capital muito mais longe do que tinham conseguido seus antecessores genoveses. Em termos mais ilustrativos, ela adotara a gestão de Estado veneziana mas, ao contrário de Veneza e como os genoveses, ela o fizera para "maximizar" os lucros. Ela subjugava totalmente os meios militares aos interesses comerciais, permitindo que os holandeses dominassem as rotas marítimas para as Índias e para as Américas que portugueses haviam estabelecido e que guardavam para si. As companhias de navegação

holandesas, inseridas numa rede de autoexpansão, facilmente derrotaram a navegação portuguesa que guardava estas rotas.

A melhor ilustração destes eventos é a VOC. Ela reproduziu no Oriente o capitalismo de Estado do modelo veneziano que os holandeses já haviam estabelecido com sucesso na Europa. Para tanto, bastou combinar o poderio naval e a ligação direta de mercados europeus com produtos orientais, que os portugueses tinham, com a perseguição obsessiva do lucro e da eficiência. Assim como na Europa, adotaram na Índia o controle exclusivo de uma oferta regionalmente estratégica: as especiarias finas. Ou seja, uma iniciativa de natureza "genovesa" foi gerida por uma máquina estatal "veneziana".

Enquanto agente do sistema mundial de acumulação capitalista holandês, a WIC tinha a mesma lógica de comportamento que a VOC. Embora fosse criada "mais para atacar o poder, o prestígio e a renda da Espanha e de Portugal do que para levar dividendos ao seus acionistas", suas ações enquanto governo do Brasil holandês foram as de uma empresa comercial. No entanto, esta mesma lógica que fizera o sucesso da VOC fizera o fracasso da WIC: a alienação inflexível da expansão territorial à geração de lucro limitava a expansão comercial holandesa à dominação de civilizações antigas, regiões com economia monetária bem desenvolvida e rica. A ocupação de uma região cuja economia

monetária mal havia começado, como as Américas, estava fora do alcance das companhias de navegação holandesas.

No Brasil não foi diferente.

Assim que a guerra passou a girar em torno do controle da lavoura do açúcar e não na segurança do núcleo comercial (Recife), o que significa uma guerra travada por homens e não por navios, a WIC começou a ter dificuldades. A restauração da Coroa de Portugal em 1640 colocou o Estado português, antes sob controle da Coroa espanhola, diretamente dedicado na restauração de sua mais valiosa possessão ultramarina. De Lisboa, D. João IV articulou uma insurreição dos habitantes luso-brasileiros que reconquistou as zonas produtoras de açúcar. A WIC, já bastante debilitada pelos custos da colonização e da guerra terrestre - muito superiores aos lucros comerciais - deixou de ter o que comerciar. Seus investidores na Holanda desistiram do projeto, como mostra a queda do preço das suas ações.

O obstáculo essencial para a reprodução do sucesso da VOC do Atlântico pela WIC foi a limitação das bases demográficas e territoriais da nação holandesa. Isso não foi um problema onde e enquanto "seu controle superior sobre o capital circulante pôde ser convertido (...) nos meios de proteção (...) para obter e preservar o controle

de uma pequena base territorial doméstica"<sup>2</sup>. Em outras palavras, onde e quando canhões e mercenários fossem suficientes. De fato, o domínio holandês no Brasil foi, em grande parte do tempo, restrito às praças e localidades litorâneas, onde a armada flamenga garantia a segurança (como se verá mais adiante). Também a maioria das tropas da WIC que estiveram no Brasil eram de não-neerlandeses. Sérgio Buarque de Holanda, em "Raízes do Brasil", alerta para a ausência de revolta ou descontentamento na Holanda de então que pudesse provocar um fluxo migratório para o Brasil holandês. Há de se lembrar também que o mercado de mão-de-obra militar da Europa de então é um dos mais livres que jamais existiu.

A paz de Vestfália encerrou a Guerra dos Trinta Anos e institucionalizou a vitória da lógica capitalista dos holandeses sobre a lógica territorialista dos espanhóis. Entretanto, o mesmo tratado que marcou o triunfo da supremacia neerlandesa cessou os conflitos na Europa e liberou os recursos das outras nações para que desarmassem a rede de acumulação centrada em Amsterdam.

O primeiro lugar onde esta rede caiu foi, portanto, no Atlântico. Mesmo a reativação da WIC em 1674, em moldes mais semelhantes aos da VOC, não foi capaz de revogar o

---

ARRIGHI, op. cit., p. 207.

efeito das Leis de Navegação inglesas, de 1651 e 1660. Mesmo que, no decorrer das três guerras angloneerlandesas (1652-54, 1665-67, 1672-74), a superioridade naval dos flamengos tenha se mantido. A primeira das principais derrotas da supremacia do comércio holandês viria a ser a consolidação da aliança angloportuguesa, selada pelo casamento de Catarina de Bragança com Carlos II Stuart. Esta aliança, que garantira aos portugueses apoio à sua independência na península e à restauração do Nordeste brasileiro, renderia à Inglaterra o comércio de escravos da África Ocidental, o ouro e o açúcar do Brasil e ainda Bombaim e Tânger, a primeira base inglesa no Mediterrâneo.

Com o tempo o capital holandês começou a transferir suas apostas dos investimentos holandeses para os ingleses. Com a união dinástica de 1689 e a ascensão de Guilherme de Orange à Coroa inglesa estreitaram-se os laços entre os dois países. Mas o fato mais importante neste movimento foi a fundação do Banco da Inglaterra, com colaboração importante do capital holandês. Graças a transferência da dívida pública para o Banco da Inglaterra, e com o acesso privilegiado ao ouro brasileiro, o banco multiplicou os meios de pagamento e converteu efetivamente a libra a um padrão ouro. Como melhor alternativa para qualquer credor, a Inglaterra passou a receber todo o capital excedente de Amsterdam a partir de 1710. Os capitalistas holandeses não queriam ficar de fora dos lucros da colonização e do

comércio americano. Em 1737 um quinto da dívida pública inglesa tinha credor holandês, o que preocupou o governo inglês, temeroso de uma fuga de capital caso baixassem as taxas de juros. Mas já neste momento o investimento em ações e títulos do governo inglês era a melhor e mais segura alternativa para o capital excedente holandês. Enquanto vagorosamente chegava o crepúsculo do ciclo holandês de acumulação de capital, o capitalismo inglês assistia a aurora do seu. A partir de 1720 e 30 os capitalistas holandeses abandonaram o comércio de Amsterdam em favor das altas finanças. Mesmo que sua supremacia comercial estivesse desmontada e sua expansão financeira paralisada, por 50 anos ainda "os financistas holandeses tiveram seu próprio momento maravilhoso, durante o qual puderam desfrutar do espetáculo sem precedentes (e lucrativo ainda) de ver os grande governantes territorialistas da Europa formar fila em seus escritórios para implorar por empréstimos"<sup>3</sup>.

---

3 ARRIGHI, op. Cit., p. 148.

### 3. TEMPO DOS FLAMENGOS

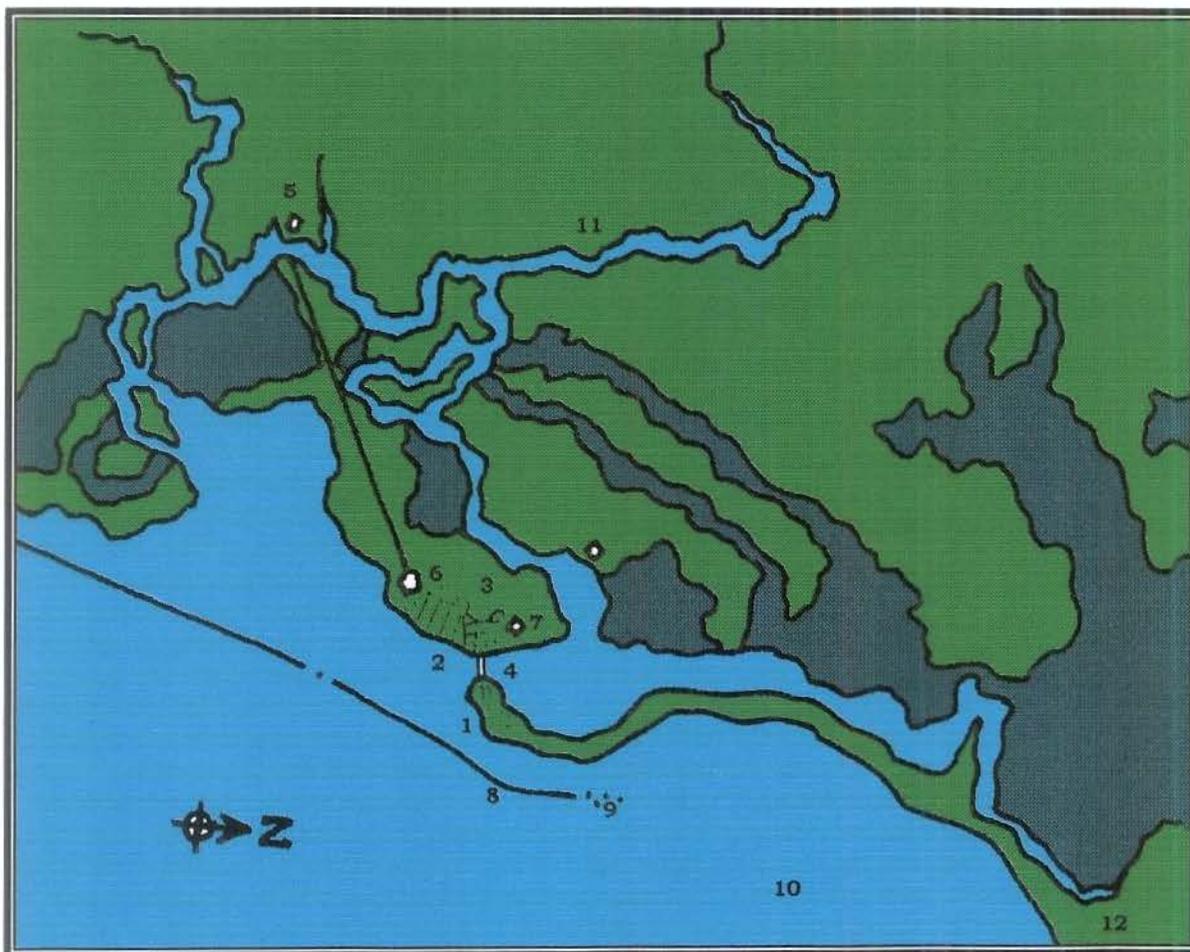
Na manhã em que despontaram no mar de Pernambuco as velas da armada da WIC, Recife era um triste burgo, abandonado e tomado po alagados e mangues. Ainda assim, a pequena cidade que cercava o principal porto da navegação do açúcar brasileiro já era há algum tempo uma tentação para a pirataria. Naus holandesas já frequentavam Recife antes da invasão, e é assumível que holandeses e judeus na Holanda tivessem algum conhecimento de Pernambuco antes da invasão, fato que mostra a natureza comercial da empresa holandesa. Era tão nítido para os moradores de Olinda de 1630 que os objetivos da WIC eram financeiros que seu representante-mór, Matias de Albuquerque, pensou poder libertar a cidade dos invasores em troca de um tributo. Um julgamento que se mostrou impreciso, pois o ímpeto flamengo era também territorialista, e seus investidores esperavam o mesmo sucesso que a VOC conseguira no Oriente.

Ainda assim, a situação inicial da ocupação holandesa foi deplorável: por três anos os documentos de funcionários da WIC em Recife estão cheios de súplicas e queixas. Muitas delas tinham a ver com a incapacidade da ocupação holandesa de avançar no interior, e a conseqüente falta de espaço para a produção de alimentos. Faltava lenha. Havia doenças como o escorbuto, e mesmo por algum tempo depois da

ocupação do interior Recife foi uma cidade de muitas moléstias, e sua taxa de mortalidade era bastante alta.

O plano original da Companhia era tomar Olinda, a capital do Pernambuco de então, e fortificá-la. A maior parte de sua esquadra então zarparia para Salvador, Rio de Janeiro e Buenos Aires. Uma frota menor seguiria para a ilha de Santa Helena com o intuito e tocaiá-la, assaltar e saquear 3 naus portuguesas que estavam a caminho. Na prática, as duas frotas de ataque não puderam ser enviadas, pois a primeira etapa do plano não pudera ser completada: além da fome e da doença, a cidade de Olinda não era facilmente defensável. Era impossível fortificar os morros partindo de uma estreita faixa litorânea constantemente assediada pelas forças da resistência de Matias de Albuquerque, o governador da capitania. Deste modo, por mais que a fortificação de Olinda estivesse no plano original da WIC, e que os diretores desta tivessem ordenado expressamente que a capital fosse nela mantida, o comandante das tropas holandesas logo viu que defender Recife e Olinda demandaria efetivos militares que a WIC não dispunha. Sem esperar que a diretoria da WIC em Amsterdam se resolvesse, Waerdenburch ordenou a evacuação e o incêndio da capital em 24 de novembro de 1631. Surgia então o mito da heróica resistência de Olinda, que seria lembrado no século seguinte, durante a Guerra dos Mascates (1710-1715).

Mapa de Olinda, Maurícia e Recife  
 (a partir do mapa de Cornelis Goliath, datado de 1648)



A primeira marca que a ocupação holandesa deixou no Brasil, portanto, foi a própria cidade de Recife. Como é possível ver no mapa de Cornelis Goliath de 1648, a antiga capital - Olinda - estava na posição estrategicamente melhor para a defesa

do país contra ameaças que viessem do mar. Recife, entretanto, era mais interessante para a posição das tropas da Companhia durante os primeiros anos de ocupação: era

**Legenda:**

- 1- Recife
- 2- Cidade Maurícia
- 3- Ilha de Antônio Vaz
- 4- Ponte do Recife
- 5- Forte dos Afogados
- 6- Forte 5 Pontas
- 7- Forte Ernesto
- 8- Recifes sempre descobertos
- 9- Porto e barra
- 10- Recifes sempre cobertos
- 11- Rio Capibaribe
- 12- Olinda

mais fácil defender Recife do interior, principalmente pela defesa natural da geografia da cidade (acessível por terra apenas por uma estreita faixa litorânea) e pela maior eficácia do apoio naval. O estabelecimento da base flamenga de operações em Recife foi fundamental para que a permanência no território invadido fosse assegurada.

Em 1632 acabaria o impasse. O comando militar holandês percebeu que o plano original da WIC tinha sérios erros de julgamento: supunha que, assenhorados Recife e Salvador, toda a colônia portuguesa estaria à mercê de sua dominação. O plano também contava com o sucesso da combinação de bloqueios navais e guerra de sítio, estratégia militar dominante na guerra de Flandres da época. Estratégia esta que também era a mais econômica para a Companhia, pois aproveitava o poderio naval dos flamengos, senhores dos mares de então, e mantinha a lavoura de açúcar intacta. A WIC, portanto, acreditava que, assim que os principais portos brasileiros estivessem ocupados, o corte da comunicação com a metrópole levaria os colonos a aceitar seus novos colonizadores, pois o interior dependia dos portos para receber seus víveres de Portugal.

Toda a história do Brasil holandês nega estas suposições. Ainda nos dois primeiros anos de ocupação, o comandante Waerdenburch informou aos seus empregadores na Holanda que a estratégia planejada seria ineficaz: o país

já vinha sendo colonizado pacificamente por mais de setenta anos, e já cultivava o seu sustento; os luso-brasileiros já tinham recursos para resistir e população suficiente para defender a terra; a estratégia de sítios e bloqueios era incapaz de conquistar o Brasil - apenas uma tropa de uns 10.000 homens, metade destes para a defesa de Recife, permitiria às forças da Companhia sair de Recife e se fazer dona do interior. No entanto, tal tropa pedida por Waerdenburch estava fora do alcance da WIC. Enquanto isso, Matias de Albuquerque, comandante da resistência, buscava manter os holandeses no Recife, aguardando por uma frota restauradora da Espanha como a que restaurara Salvador em 1625. Ou então esperando que a WIC, incapaz de comprar o açúcar de Pernambuco, abandonasse sua iniciativa. Por estes motivos os primeiros anos da guerra por Pernambuco foram de impasse. Os holandeses não conseguiam entrar no território pernambucano e os luso-brasileiros aguardavam a chegada de uma armada restauradora.

Mas esta nunca chegou. Uma esquadra restauradora como a de 1625 estava fora do alcance da Coroa espanhola. A armada de D. Antônio de Oquendo, que atacou a frota flamenga próximo a Recife<sup>4</sup>, tinha ordens para apenas levar socorro (artilharia, munição e contingente) para as tropas

---

<sup>4</sup> Batalha que terminou empatada, e ambos os lados ficaram contentes com o seu resultado (WÄTJEN, *História* (...) p. 42)

espanholas em Pernambuco e singrar para o norte, com o intuito de apoiar a escolta da Frota da Prata. A iniciativa que rompeu o impasse veio de Waerdenburch. Em 32, durante o inverno - período de baixa nas atividades militares, devido à chuva e a inatividade marítima - o comandante holandês resolveu mudar de estratégia, atacando a vila de Iguaraçu no interior, incendiando-a e retornando a Recife. Waerdenburch buscava assim constranger o governo da resistência pernambucana frente aos moradores e, principalmente, cortar o sustento de muitas das tropas de Matias de Albuquerque.

Tal mudança estratégica definiu a sorte da invasão holandesa. Ao invés da guerra de sítio às praças fortes da resistência, que vinha fracassando, Waerdenburch enfraqueceu o exército de Matias de Albuquerque de maneira comprometedora: a população amedrontada fugia para os matos, privando a resistência de suprimentos essenciais. Além disso, esta tática podia perfeitamente ser posta em prática pelos efetivos limitados da WIC em Recife. Mas o mais importante é que ela provocou um esfriamento das relações entre a açucarocracia e o comando da resistência, e a partir de 1632 aparecem os primeiros senhores e proprietários dispostos a trocar a segurança de seus bens pela aceitação dos invasores holandeses.

A partir de então os baluartes da resistência caíram um por um. A queda do Forte dos Afogados em 1633 deu às tropas holandesas acesso fácil ao interior, controle da lavoura da várzea do Capibaribe e inutilizou a linha de redutos que encurralava Recife. Em 34 conquistaram a ilha de Itamaracá e a Paraíba, em 35 o Arraial e o Cabo de Sto. Agostinho e em 1637 caiu Porto Calvo, forçando as tropas da resistência a retiraram-se para a margem sul do rio Sergipe.

A população de Recife começou a crescer a partir de 1632. Cidadãos livres, sem vínculo empregatício com a Companhia, começaram a habitar as ruas e sobrados da cidade. Entre eles, soldados que vieram com as primeiras tropas em 1630 e haviam completado seu tempo de serviço. Alguns traziam suas famílias da Europa e adotavam as suas antigas profissões (artesãos, comerciantes, taberneiros). Entre eles estão holandeses, alemães, noruegueses e escoceses, dentre outros. Houve um princípio de colonização com dois grupos de colonos enviados para o Rio Grande do Norte, liderados por Jan Harrison e Manuel Mendes de Castro, este judeu. Os membros do segundo grupo, quando da morte do seu chefe, dispersaram-se pela cidade. Enquanto os holandeses se faziam presentes em uma porção cada vez maior (e mais segura) do território português, aumentava consideravelmente o volume de imigrantes - a maioria gente pobre, tentando a fortuna no Novo Mundo. Em 1635-36

aumentou o número de judeus em Recife, e em fins de 36 estava em construção a primeira sinagoga - a nova cidade crescia em quantidade e diversidade de gentes e profissões.

Ainda assim, por alguns anos depois da chegada de Nassau, a capital do Brasil holandês pendeu entre Olinda e Recife. Olinda era a capital antiga, escolha dos luso-brasileiros e do Conde. Mas como os membros da Câmara de Escabinos teriam assim de morar em Olinda, os moradores de Recife se veriam forçados a ir até aquela para tratar dos seus assuntos com o governo da WIC. Deste modo, as pressões dos moradores de Recife fez com que a capital lá ficasse, a partir de 1639 com o nome de Cidade Maurícia, uma clara alusão ao seu governador alemão. Pouco tempo depois a Câmara de Olinda (cuja sede era em Maurícia, mas mantivera a capital antiga no nome) proibiu a reconstrução da antiga capital.

Mesmo com a sede do governo e a urbanização promovida pelo governador, o conde João Maurício de Nassau-Siegen (conhecido nas fontes holandesas como Maurits, o brasileiro), a Cidade Maurícia teve sérios empecilhos ao seu desenvolvimento, o maior deles a ausência de comunicação entre Recife e a Ilha de Antônio Vaz. A ponte ligando os dois bairros só foi completada em 1644, já na decadência da ocupação flamenga de Pernambuco e pouco antes da volta de Maurício de Nassau à Alemanha. Ainda sim tais

obstáculos foram sendo superados um por um. A pavimentação das ruas e a edificação da cidade foi feita com o emprego de tijolos vindos de Amsterdam como lastro dos navios da navegação do açúcar (substituindo a pedra, mais cara, e o barro e a taipa, de pior qualidade). Vinham também da Holanda madeiras do Báltico, especialmente pedidas em 1648, quando os holandeses não tinham mais acesso às matas. Entre os construtores estavam pedreiros e homens práticos da população do Brasil holandês, uma vez que os engenheiros eram empregados na construção das fortificações, das pontes, diques *et cetera*. Os moradores, ainda assim, reclamavam da escassez de moradia e dos preços extorsivos dos aluguéis, que eram em média seis vezes maiores que os de Amsterdam e consumiam quase toda a renda de um empregado da Companhia.

Consciente de que o Recife era insuficiente para alojar toda a população de sua colônia, o conde de Nassau empreendeu a construção de uma cidade na ilha de Antônio Vaz, planejada segundo planos urbanísticos definidos - ruas entrecortadas, saneamento, escoamento das camboas, pontes e diques, tudo dentro da concepção norte-européia que faz de Recife uma cidade parecida com Amsterdam. Entretanto, a ilha não teve desenvolvimento igual ao do Recife: seus terrenos eram pouco valorizados, graças à dispendiosa travessia cobrada pelos botes particulares ou pela balsa da Companhia. Em abril de 1643 as casas na ilha estavam na sua

maior parte desocupadas e os terrenos desvalorizados, mesmo depois que decidiu-se proibir construções em Olinda (41) e completou-se a comunicação com Recife (fevereiro de 44). Vale lembrar que a ponte foi terminada à custa do próprio Nassau, já que o caixa da Companhia andava baixo já nesta época. Além das pontes sobre os canais e dos diques, outra contribuição nassoviana para a arquitetura local foi a contração dos palácios Vrijbug e Boa Vista, bem como o Jardim com árvores transplantadas de até 70 anos. Todos estes eventos são demonstração do espírito público do Conde alemão, que não hesitou em tirar do bolso para realizar a construção de sua Cidade Maurícia. No Recife, porém, os serviços públicos foram geralmente realizados por iniciativa particular dos seus habitantes - algo semelhante ao "prestígio da rua" descrito por Gilberto Freyre: limitando os abusos do particular e da casa frente à dignidade e apresentação da rua e fazendo com que se varressem as ruas e catassem-se os lixos.

Toda esta maravilha do mundo urbano do Brasil holandês não aparece no meio rural. De fato, uma característica essencial da dominação holandesa, pela natureza empresarial do agente colonizador, é a separação das zonas rural e urbana. Na cidade moravam os diretores da Companhia no Brasil e os agentes das firmas na Holanda, os mesmo que eram credores dos senhores de engenho e que dominavam a política dos escabinos da Câmara de Olinda. O desprestígio

desta era tanto entre os senhores de engenho que os escabinos portugueses e brasileiros compareciam muito pouco às sessões. No entanto, entre os habitantes de Recife a Câmara era muito bem prestigiada, mostrando o desenvolvimento de uma nova classe durante a dominação holandesa: uma classe burguesa que usava os escabinos como instrumento de exercício de seu poder político e econômico. Poder este que se elevaria muito durante o período holandês, devido ao aumento da população e da riqueza dos citadinos - comerciantes ricos, capitalistas, donos de sobrados, negociantes de escravos, além de ferreiros, carpinteiros, alfaiates, pedreiros, caixeiros e empregados da Companhia.

No interior, porém, pouco mudara na ordem social. Desde o início Nassau esteve consciente da necessidade de levar elementos holandeses para o meio rural. Seus pedidos por colonos, mesmo prisioneiros e criminosos, eram sistematicamente negados pela WIC. Como Sérgio Buarque de Holanda explicou em "Raízes do Brasil", não havia na Holanda ou em qualquer outra nação das Províncias Unidas descontentamento e revolta que iniciassem um fluxo migratório para as possessões ultramarinas<sup>5</sup>. O sucesso da Guerra de Independência e a liberdade religiosa mantivera a população contente, e a marinha flamenga demandava toda a

mão-de-obra disponível para as empreitadas ultramarinas. Além disso, o holandês não soube se adaptar ao ambiente brasileiro como o português: como mostrou também Gilberto Freyre, tudo vinha de Amsterdam, desde as refeições até as meretrizes - os holandeses tinham um gosto muito pouco exótico, fato que era conhecido na Europa<sup>6</sup>. Sem contar que a aglomeração cosmopolita de gentes de todas as nações no Recife criou um ambiente indecente para o rígido código de vida calvinista.

Sendo assim, o interior continuou habitado por lusobrasileiros. Após a rendição do Arraial em 35 houve uma verdadeira corrida pela posse dos engenhos abandonados - estes foram leiloados e vendidos a holandeses e judeus em grande parte, mas estes aos poucos vão devolvendo os engenhos aos portugueses entre 1640 e 1643, devido à sua inabilidade de tocar o negócio<sup>7</sup>. O trabalho na lavoura de açúcar não agradava a maioria dos holandeses, e os judeus não apreciavam a vida sedentária da terra e da agricultura. Entre estes, o único que permaneceu na terra como produtor de açúcar foi Gaspar van der Ley, do engenho do Algodoads, que inclusive aderiu à insurreição e permaneceu no Brasil após a expulsão de seus conterrâneos.

---

<sup>5</sup> HOLANDA, *Raízes do Brasil*, p.89.

<sup>6</sup> ZUMTHOR, *A Holanda do tempo de Rembrandt*, p. 147.

<sup>7</sup> MELLO, *Tempo dos Flamengos*, p. 122

Portanto, e mesmo que militarmente submetidos, os luso-brasileiros continuaram dominando o meio rural do Brasil holandês, ao ponto de manter, entre os flamengos, o vocabulário rural em português. Contudo, foi na dominação holandesa que os senhores de engenho do Nordeste receberam a primeira quebra do seu prestígio e autoridade: as decisões do Conselho, órgão maior do governo da Companhia, os destituíram de seus privilégios e assistiram seu endividamento. Haviam salteadores, desde negros aquilombados a desertores do exército da WIC. Um dos problemas mais graves no conflito urbano-rural era a deficiência no suprimento de víveres da população urbana. Pernambuco era a capitania dos preços mais altos para os gêneros alimentícios de primeira necessidade, pois todo o interior estava tomado pela lavoura do açúcar. Nassau foi o primeiro a tomar medidas para obrigar a plantação de mandioca e hortaliças, e portanto o primeiro a associar a deficiência alimentar com a monocultura latifundiária e o sistema de produção. Definiu cotas por negro de covas de mandioca a serem produzidas em cada sítio, sob a fiscalização dos escabinos. Com o fim do período nassoviano e o início da insurreição, o problema criado pela falta de farinha tornou-se agudo. Grande parte dos víveres então passou a ser importado dos Países Baixos: toucinho, manteiga, azeite, vinho espanhol, queijo, peixe seco e farinha de trigo - muitos senhores de engenho saborearam o

melhor da culinária flamenga neste período, e daí a sua contribuição para a culinária pernambucana. "A base do sistema econômico do Brasil holandês foi o açúcar, e o seu elemento mais importante, o senhor de engenho. O elemento burguês que se aglomerava no Recife e Maurícia vivia do comércio do açúcar ou dele dependia para sua subsistência, direta ou indiretamente"<sup>8</sup>.

O governo da WIC - sobretudo Nassau - sabia que era essencial reconhecer nos senhores de engenho a origem da riqueza. Mas foram poucos os momentos de paz no interior da capitania, enquanto a tributação e a usura torturavam o bolso dos produtores. A partir de 1640 as coisas foram se agravando: armazéns e engenhos e açúcar eram destruídos pelos campanhistas; os prazos de carência das dívidas foram acabando e estas foram se acumulando; a Companhia, depois de 43, passou a ser mais intransigente com os devedores - quando saía em cobrança dos compromissos assumidos, os senhores fugiam para a Bahia. Alguns se escondiam e deixavam que a esposa dispensasse os credores, mas estes aceitavam tratar dos assuntos financeiros com a mulher da casa - coisa que era costumeira na Holanda mas profundamente indelicada entre os luso-brasileiros.

---

<sup>8</sup> MELLO, op. Cit., p. 160.

A história conspirava contra o Brasil holandês. O calcanhar de Aquiles da Companhia das Índias Ocidentais - a alienação total da lógica territorialista pela capitalista, como exposto anteriormente - começava a aparecer, lentamente comprometendo a presença holandesa no Brasil.

#### 4. OLINDA RESTAURADA

Quando articulava com André Vidal de Negreiros a insurreição que solaparia o domínio holandês das áreas produtoras de açúcar em Pernambuco, assim lhe disse João Fernandes Vieira:

“<sup>9</sup>(...) que o inimigo estava descuidado, e que tinha suas fortificações desmanteladas, e suas trincheiras caídas, suas paliçadas desfeitas, e finalmente com pouca gente de terra, porque os melhores Capitães, oficiais, e soldados os havia levado consigo para a Holanda o Conde de Nassau João Maurício, e outros tinham-se ido porque (...) já não tinham o que roubar em Pernambuco, por estar a terra destruída, e já no último fim de sua total ruína, e que a gente que na terra havia, eram mercadores, e taberneiros, e outros senhores de engenhos”.

Vieira constatava que o Brasil holandês estava em franca decadência neste ano de 1645. A derrocada da economia açucareira havia sido um golpe não apenas nos senhores da lavoura mas também na própria Companhia das Índias Ocidentais, e os pilares da sua dominação do Nordeste brasileiro já mostravam claramente suas fissuras.

As guerras holandesas no Brasil foram inegavelmente guerras do açúcar - não apenas no sentido de que giraram em

---

<sup>9</sup> *Valeroso Lucideno*, vol I. p. 232.

torno do controle da produção e do comércio açúcar, mas principalmente porque foram patrocinadas pela economia açucareira. A queda do preço do açúcar e o declínio dos lucros do seu comércio portanto reduziram o esforço de guerra que o açúcar era capaz de sustentar, tanto do lado da WIC como do lado português. Contudo, o mecanismo por qual a economia açucareira determina a guerra em Pernambuco não é tão simples, ao mesmo tempo que é essencial no entendimento do Brasil holandês. Para tal estudo, divide-se este período da história pernambucana em três momentos: entre a queda de Olinda em 1630 e a retirada portuguesa para a Bahia em 1637, chamar-se-á guerra de resistência; entre 1637 até a eclosão do levante em 1645, a paz nassoviana; entre 1645 e 1654, a guerra de restauração.

A guerra de resistência é travada pelas forças luso-brasileiras sob a bandeira da Coroa espanhola de Filipe IV, numa época em que a Espanha se via absorvida pela guerra em diferentes frentes, na Europa ou fora dela. Dada a escassez de recursos para defender suas possessões ultramarinas, a Coroa espanhola havia esquematizado uma divisão de tarefas entre metrópole e colônia na defesa de seus territórios - cada qual participava com seus recursos disponíveis. Como era fundamental o abastecimento metropolitano e a comunicação marítima com a colônia, a metrópole participava na defesa com seu poder naval. Enquanto isso, a produção colonial de víveres fornecia o aprovisionamento das tropas

do Império espanhol. Assim como na teoria econômica marginalista, onde a produção capitalista busca a alocação ótima dos seus recursos para maximizar o lucro, a estratégia das operações militares é determinada pela melhor combinação dos fatores disponíveis. Dado que atividades econômicas e militares constituem esferas de adequação estrita de meios e fins, as estratégias de resistência e restauração foram dominadas pela disponibilidade de recursos tanto para holandeses como para portugueses. Ora, se durante os três primeiros decênios do século XVII o poderio naval espanhol foi paulatinamente destruído, enquanto cresciam os meios das sociedades coloniais, os mecanismos de defesa tenderam a ser transferidos para o fator abundante, os recursos locais.

Entenda-se como recursos locais o provisãoamento dos efetivos militares, e não a soldadesca: outra característica do exército espanhol na Guerra dos Trinta Anos (e na defesa de Pernambuco, até a restauração da Coroa portuguesa) era o emprego de soldados de todas os seus domínios na Europa. No Brasil, grande parte da tropa era de napolitanos e espanhóis. Como no testemunho do Frei Manuel Calado da batalha do Porto Calvo, a tropa Italiana do Conde de Bagnuolo, com alguns castelhanos e poucos portugueses, persuadiu "os moradores da terra ao Conde de Banholo com requerimentos da parte de Sua Majestade, que os ajudasse a

defender aquela praça", provavelmente referindo-se ao fornecimento da munição de boca (provisões para a tropa)<sup>10</sup>.

Mesmo conscientes do fato de que apenas uma armada restauradora libertaria Olinda e Recife do jugo holandês, a Coroa espanhola entretanto se viu incapacitada de repetir a restauração de Salvador de 1625. A guerra de resistência portanto se transformou em guerra terrestre, chamada na época de "guerra lenta", destinada a conter o avanço flamengo e assegurar o controle do interior açucareiro. Waerdenburch também esteve a par da importância dos recursos locais à guerra de resistência, e o avanço flamengo no interior é explicado pelo sucesso de sua estratégia de ataque às bases deste apoio local. Enquanto os holandeses se faziam senhores do Nordeste brasileiro, a Espanha se via incapaz de montar e armar uma esquadra que fizesse frente ao dominação flamenga dos mares brasileiros. O período de paz que viveu o Brasil holandês, durante o governo de Nassau, é explicado portanto pela dominação naval estratégica do mar brasileiro pela marinha flamenga, que garantia a segurança da navegação mercante, das praças no litoral e das margens dos rios, e pela coexistência pacífica com a população do interior e com a lavoura de açúcar. Como foi mostrado, este segundo pilar começou a

---

<sup>10</sup> Valeroso Lucideno, p. 57.

ruir com o avanço da usura sobre a produção da açúcar e o crescente conflito do meio urbano com o meio rural.

A restauração da Coroa portuguesa com D. João IV em 1640 colocou o Estado português diretamente envolvido nesta questão, disposto a aproveitar aquela que era a maior fraqueza da WIC no Brasil: a sua incapacidade de dominar por si só o meio rural pernambucano. A estratégia de D. João IV tinha três frentes: uma diplomática, junto aos Estados Gerais das Províncias Unidas, com os quais ele estabeleceu a paz e a aliança contra a Espanha imediatamente após sua ascensão ao trono; outra mais discreta, articulando no território brasileiro uma insurreição da açucarocracia que retirasse da WIC o controle do interior pernambucano; a terceira, também diplomática e igualmente discreta, negociou com a Inglaterra o apoio marítimo às operações no Nordeste. Os três planos eram complementares, pois a aliança lusoneerlandesa daria à Portugal o tempo necessário para se reorganizar e a licença para seu representante viajar por Pernambuco, enquanto a insurreição e o comprometimento da empreitada da WIC permitiria o projeto diplomático da compra do Nordeste, que o embaixador em Haia Francisco de Souza Coutinho vinha negociando. Por outro lado, a insurreição seria fadada ao fracasso se não fosse reinstaurado o comércio do açúcar, em última instância o verdadeiro financiador das guerras holandesas no Brasil.

De acordo com os termos da aliança com a Holanda, ficava permitida a comunicação entre moradores do Brasil holandês e português. A crise do setor açucareiro daria o primeiro espaço para a articulação do levante entre os senhores de engenho, realizada em nome de D. João por Antônio Teles da Silva e um funcionário da Coroa, João Rodrigues de Sá e Menezes. Mas a adesão e o sucesso da insurreição pernambucana que expulsou os holandeses da zona produtora de açúcar não reside apenas na presença de seus articuladores portugueses, mas essencialmente numa disputa pela propriedade dos engenhos pernambucanos. Dos 149 engenhos existentes em Pernambuco em 1630, 65 foram abandonados na retirada para a Bahia. Seus donos fugiam provavelmente temendo o seqüestro de suas riquezas e o pagamento de resgates para os invasores, como descreve o Valeroso Lucideno<sup>11</sup> - muitos enterraram seus bens menores pela capitania, o que alguns séculos depois atrairia verdadeiros caçadores de tesouro para Pernambuco. Entretanto, o regimento das conquistas da WIC no Brasil, de 1629, impedia o confisco dos bens de senhores que aceitassem sua ocupação -era nítido que a Companhia objetivava causar o menor dano à estrutura produtiva da economia açucareira. O governo de Sigmund von Schkoppe, primeiro a liderar o Brasil holandês, aboliu as

---

<sup>11</sup> Valeroso Lucideno, p. 50.

perseguições e imediatamente buscou o acordo com a açucarocracia. Deste modo, durante a guerra de resistência os senhores de engenho do Nordeste foram divididos em emigrados e colaboracionistas.

Como foi demonstrado anteriormente, a posse dos engenhos abandonados, confiscados e leiloados durante a década de 30 voltaram para mãos luso-brasileiras entre 1640 e 1643. Mas se os senhores de engenho emigrados na Bahia e no Rio de Janeiro tinham um interesse óbvio na restauração (a esperança de reaver suas posses em Pernambuco), os novos senhores dos engenhos confiscados queriam-na com muito mais fervor: a restauração livraria-os da odiosa usura neerlandesa ao mesmo tempo que legitimaria suas posses. Tratava-se não apenas de uma rebelião de devedores, mas de colaboracionistas que rapidamente aderem à insurreição buscando assim conseguir a propriedade de seus engenhos junto à Coroa portuguesa, conforme os próprios articuladores portugueses do levante devem ter negociado com o líder dos senhores do interior de Pernambuco, João Fernandes Vieira.

Assim que este se autoproclama o Governador da Liberdade Divina e estoura a insurreição em suas terras na várzea do Capibaribe, o bando de insurrectos rapidamente se faz dono do interior e volta a limitar a presença holandesa ao Recife e às praças fortes do litoral. Ao contrário da

guerra de resistência, em que rapidamente caíram as cidades e as fortificações no litoral mas por longos oito anos demorou a conquista do interior, na guerra de restauração o meio rural foi rapidamente controlado pela insurreição, enquanto os holandeses defenderam Recife por outros oito anos, até janeiro de 1654. Assim como na década de trinta, apenas uma armada restauradora poria fim à presença holandesa no litoral do Brasil, mas desta vez os holandeses seriam incapazes de libertar o interior dos insurrectos com a "estratégia Waerdenburch". Isso porque os luso-brasileiros, imediatamente após a chegada de reforços de Amsterdam em 1646, tomaram uma decisão fundamental, tal estratégia: evacuou-se a população do Rio Grande, da Paraíba, de Itamaracá e de Iguaraçu - ou seja, toda o território ao norte de Olinda - para o sul de Pernambuco. Tal manobra demográfica reduziu o perímetro de defesa das bases de apoio do exército insurrecto e permitiu o cerco de Recife ao longo dos oito anos entre 1646 e 1654. As duas tentativas flamengas de romper este cerco foram a primeira e a segunda batalhas dos Guararapes, em 1648 e 1649 respectivamente, nas quais os efetivos da WIC sofreram dura derrota e levou o exército flamengo a permanecer na defesa da cidade até sua rendição anos depois.

Do outro lado da paliçada, os holandeses se viram incapazes de negociar o perdão e o acordo com a açucarocracia rebelde ou de romper o bloqueio ao Recife.

Para complicar a situação, a evacuação das áreas ao norte provocara uma crise de abastecimento calamitosa em Recife, pois não havia defesa suficiente para qualquer atividade produtiva. A sugestão de Gaspar Dias Ferreira (amigo de Nassau e, a essa altura, morador de Amsterdam) foi que a WIC intensificasse a guerra no mar, bloqueando os portos e estorvando a navegação e o comércio dos restauradores, com o intuito não de reatar com a açucarocracia mas de solidificar o impasse militar e levar Portugal a uma saída diplomática. Todavia, a Companhia já estava bastante debilitada financeiramente nesta época, de modo que não tinha recursos nem para armar um assalto frontal ao cerco do exército insurrecto nem para manter em bom estado de preparação a sua poderosa armada ancorada em Recife (nestes anos sob o comando de Witte de With). A solução encontrada foi a guerra de corso contra os portugueses por "free-lance": com a reconquista de Dunquerque pela aliança francoholandesa em 1646, estava à disposição o principal centro dos corsários zeelandeses. Criou-se então a Brazilische Directieende Compagnie, a associação do corso zeelandês que armou 20 fragatas (uma frota respeitável para a época) para fazer a guerra de corso nos mares do Brasil. A criação da Directie provocou uma escalada no número de navios portugueses apresados no litoral brasileiro.

Os holandeses sabiam o que estavam fazendo. Estavam cientes de que o esforço de guerra da insurreição era

dependente também da economia açucareira, que por sua vez só seria reativada se houvesse segurança na navegação do comércio do açúcar. Com o suborno da guarda flamenga do Forte de Nazaré em 1646, o Cabo de Sto. Agostinho foi reaberto para a navegação portuguesa e a lavoura de açúcar pode ser reiniciada. De início, a comunicação com Portugal foi reestabelecida com uma frota de 12 fragatas afretada na França, e o comércio do açúcar foi navegado por naus inglesas e francesas desde então. Mas a entrada em cena dos navios da Directie deu o golpe de misericórdia no comércio livre do açúcar pernambucano. O preço do frete subiu assustadoramente na Bahia, e em Portugal a maioria dos seguradores da navegação brasileira foi à falência. A única saída para tal ofensiva naval da WIC e da Directie era o estabelecimento de um sistema compulsório de comboios escoltados a cargo de uma companhia de comércio, do contrário teria de suspender-se o comércio do açúcar, comprometendo o levante em Pernambuco.

Mesmo que os "valentões" do nacionalismo português protestassem contra o fim do comércio livre e a navegação do açúcar brasileiro por navios estrangeiros, o encurtamento de tal estratégia era tudo que a WIC mais temia. Particularmente pela fragilidade da navegação holandesa à marinha britânica no canal da Mancha. El-Rey já tinha apoio suficiente de particulares interessados em navegar o comércio do Brasil e fazer guerra aos holandeses

- bastava oficializar o acordo diplomático com a Inglaterra e dobrar as resistências ao projeto em Lisboa. A criação da Companhia Geral de Comércio do Brasil seria a coroação do êxito do rei de Portugal na batalha pela navegação entre Lisboa e o Brasil. A tabela abaixo mostra como a criação da Directie efetivamente cortou a comunicação eficaz entre Portugal e Pernambuco em 1648, e como a navegação (e o comércio do açúcar) pode ser reinstaurada com a criação da Companhia Geral.

<b>NAVIOS APRESADOS NO LITORAL BRASILEIRO (1646 – 1653)</b>	
<i>Ano</i>	<i>Naus apresadas</i>
1646	3
1647	10
1648	39
1649	14
1650	1
1651	7
1652	8
1653	7

Fonte: *Olinda restaurada*, p. 450.

Embora em 1650 e 51 foram apresados 8 navios apenas na navegação de Pernambuco, isto não se deve ainda à proteção do comércio mas à suspensão do mesmo, devido ao fracasso da primeira tentativa da Coroa portuguesa de montar em Portugal uma companhia de navegação (o assento de Pernambuco). As naus da Companhia Geral do Comércio só passaram a fazer a comunicação com o Brasil a partir de 1652, com o exitoso envio de 35 navios para os portos pernambucanos. O início do funcionamento da Companhia Geral foi visto com apreensão no Recife holandês, onde temeu-se um ataque restaurador por uma de suas frotas. Acabara o domínio flamengo nos mares.

Na capitania houve queixas entre moradores e comerciantes em geral - a criação da Companhia instaurava o monopólio do comércio de várias mercadorias aos ricos

comerciantes lisboetas. Tratava-se da difusão do capitalismo monopolista para Lisboa, quebrando os menores comerciantes com a pujança do capital empregado. No Conselho Ultramarino de Portugal, o Marquês de Niza sustentava que os maiores prejudicados seriam os próprios habitantes de Pernambuco, lembrando que a Companhia também não seria capaz de transportar todo o comércio demandado pela capitania e que apenas a volta do comércio livre poderia evitar este problema. Entre os senhores da insurreição, pleiteava-se o uso das antigas caravelas, mais ligeiras que as fragatas inglesas, que poderiam navegar o comércio independentes de um comboio artilhado como o da Companhia, dado que houvesse uma armada de patrulha ou alguma presença marítima armada no litoral brasileiro). O próprio Conselho Ultramarino apoiava a volta do uso das caravelas e do comércio livre. Efetivamente, depois de 1652 as autoridades do Brasil holandês admitiam que os portugueses navegavam livremente pelo litoral - a verdadeira razão da segurança da navegação e do comércio entre Portugal e Brasil fora a retirada das embarcações holandesas de Recife, uma vez iniciado o conflito com a marinha britânica na primeira guerra anglo-neerlandesa (1652-54). Quando a armada da Companhia Geral restaurou a cidade de Recife em 1654, pondo fim ao Brasil holandês, haviam poucos navios, despreparados e destripulados, apodrecendo no porto. Entretanto, a Companhia Geral do

Comércio do Brasil monopolizou o regime de navegação por um bom tempo após o fim das guerras com a WIC e com a Holanda.

## 5. O VALEROSO LUCIDENO

... e Triunfo da Liberdade.

O principal relato das guerras holandesas em Pernambuco tem um tom muito mais romântico do que histórico. Os versos e as narrativas fazem do Valeroso Lucideno algo que lembra ligeiramente "Le Mort d'Arthur", a maravilhosa saga de Camelot escrita por Sir Thomas Mallory no século XIV. João Fernandes Vieira (o Governador da liberdade de Pernambuco, a quem se refere o título da obra), André Vidal de Negreiros, Filipe Camarão e Henrique Dias deixam de ser apenas figuras da História para tornarem-se os valorosos cavaleiros da restauração, e seus atos de bravura são todos contados com entusiasmo pelo frei Manuel do Salvador. Tão verdadeiro é este fato que não apenas a história se ocupa do Valeroso Lucideno, mas também o estudo da literatura brasileira reserva investigações acerca deste livro. E mesmo que o testemunho do frei vá apenas até julho de 1646, portanto oito anos antes da capitulação do Recife holandês, a insurreição ganha as proporções de uma epopéia - como se trata da mais importante fonte sobre o período, muito do heroísmo que a historiografia tradicional credita à expulsão dos holandeses é devido ao Valeroso.

É essencial, portanto, saber filtrar o romantismo e buscar em suas páginas uma interpretação cientificamente cética, mas investigativa. Neste sentido, deve-se ter em mente que o *Valeroso Lucideno* foi escrito pelo frei Manuel Calado sob encomenda do próprio João Fernandes Vieira, e que muito provavelmente ele tenha contribuído para a formação ideológica dos pernambucanos depois da restauração de Recife, evento que Evaldo Cabral de Mello chamou de "metamorfose da açucarocracia"<sup>12</sup>.

A transformação da açucarocracia em nobreza da terra é, de fato, um dos efeitos mais duradouros da guerra da restauração na mentalidade do povo de Pernambuco, e que estaria bastante presente na Guerra dos Mascates, no início do século XVIII. Isto pode ser demonstrado com três evidências diferentes. A primeira, a adoção generalizada, depois da restauração, do termo 'nobreza' para fazer referência as elites de Pernambuco. O próprio Valeroso usa apenas esporadicamente a palavra 'nobre', preferindo o termo 'principal' para se referir às pessoas de importância do Brasil holandês (como no rol de "pessoas principais de Pernambuco"<sup>13</sup>). A segunda evidência é o aparecimento e a prática da genealogia nos discursos e escritos pernambucanos, como que legitimando o *status* de nobreza

---

<sup>12</sup> MELLO. *Rubro Veio*, Cap. 4, pp. 160-193.

<sup>13</sup> *Valeroso Lucideno*, vol. II, p. 93.

pretendido pelas elites - os autodenominados 'netos dos restauradores'. A terceira é o aparecimento de um caráter aristocrático na colonização pernambucana, igualmente a partir da segunda metade do século XVII: surgia a nobiliarquia pernambucana e a semente da lusofobia que marcaria o confronto civil com os comerciantes reinóis de Recife em 1710. Tal formação do imaginário da restauração pernambucana tem suas principais raízes no livro do frei Manuel Calado - durante a disputa judicial pela propriedade dos engenhos, que perdurou em Pernambuco por quase toda a segunda metade do século XVII, o Valeroso certamente serviu de testemunha na defesa dos senhores da insurreição, depondo contra os senhores emigrados que buscavam reaver suas posses (a quem o frei Calado chama de "barrigas inchadas" e acusa de covardia durante a invasão)<sup>14</sup>.

Sendo assim, é importante lembrar que, na história da insurreição pernambucana que devolveu o Nordeste brasileiro a Portugal, houve uma cisão na 'gente principal' de Pernambuco entre partidários e adversários do madeirense João Fernandes Vieira. Esta disputa política é, essencialmente, o contexto sobre o qual foi escrito o Valeroso Lucideno: até o final do primeiro volume, início do livro terceiro, quando o frei Manuel Calado começa a narrar a insurreição liderada por Vieira, a maioria do seu

---

<sup>14</sup> Valeroso Lucideno, p. 50 e 58.

conteúdo são memórias do frade da guerra de resistência e da paz nassoviana. A partir deste ponto, porém, o Valeroso Lucideno torna-se um diário do levante, com detalhes de cada operação dos insurrectos. Graças a isso, o período entre 1630 e 1644 ocupa o mesmo volume escrito que o período entre 1645 e 1646, ano em que o frade embarca para Portugal. Sabe-se que o Valeroso Lucideno foi uma obra patrocinada por João Fernandes Vieira. É possível, portanto, supor que o frei Calado tenha sido chamado para escrevê-lo durante a articulação do levante - talvez devido à notoriedade da participação do padre nos eventos do Brasil holandês até então, inclusive tendo sido o confessor de Domingos Calabar antes de sua execução por traição. Deste modo, a imagem que o Valeroso Lucideno faz do seu protagonista é suspeita o suficiente para criar um mistério acerca das verdadeiras atividades e motivações de João Fernandes Vieira.

Até que a navegação com Portugal estivesse segura e o Cabo de Sto. Agostinho sob controle da insurreição, não havia circulação tributável na capitania que sustentasse o levante. Nos primeiros anos da guerra de restauração foram muito utilizados as fintas e os donativos arrecadados junto à população pernambucana. Conta o frei Manuel Calado que tal meio era popular e bem recebido, e doavam-se jóias e tesouros aos insurrectos em nome da Liberdade Divina. Entretanto, outras fontes que não o Valeroso não são tão

benevolentes com João Fernandes Vieira no que trata da arrecadação das fintas:

"Antes [Vieira] os afrontava com palavras, chamando-lhes de traidores e outras semelhantes palavras, mandando-os meter em troncos e golilhas que tinha debaixo de uma varanda, que lhe servia de matadouro para (re)partir a carne (a)os soldados, e por ser assim sujo e o lugar, infame e cheio de moscas e de fedor, aí os tinha entroncados e engolilhados à vista do povo."<sup>15</sup>

Não se pode esquecer que os líderes da insurreição eram capitães de regimentos militares respeitáveis, e portanto estavam numa posição bastante confortável para exigir a 'colaboração' dos habitantes de Pernambuco. Ainda assim, nem depois de 1646 a extorsão deu lugar a fintas e donativos melhores articulados entre a população, pois tornou-se necessário reconquistar a confiança da população. Finalmente, a partir de 1650 a economia açucareira é reativada e o fisco volta a ser o principal financiador da guerra de restauração e do cerco a Recife.

O exemplo anterior acerca das finanças da restauração mostra como o Valeroso Lucideno pode ser uma fonte duvidosa em certos momentos. Mesmo assim, o relato do frei Manuel

---

<sup>15</sup> 'Papéis inéditos sobre João Fernandes Vieira', in: MELLO. *Olinda Restaurada*, p. 193.

Calado pode contribuir em muito para qualquer investigação acerca do Brasil holandês - e sua contribuição será sempre maior se for levado em conta que ele representa uma versão singular dos fatos, a versão do comando da insurreição.

## 6. CONCLUSÕES

O período holandês da História de Pernambuco tem uma peculiaridade que o faz intrigante e tão atraente: trata-se de um momento em que o Brasil aparece como palco de um dos confrontos militares mais importantes da História capitalista - a Guerra dos Trinta Anos "mundial" - e onde os fatores externos ganham uma importância especial na investigação dos eventos que aqui ocorreram. Ao mesmo tempo, os fatores internos tem uma participação especial no jogo político e econômico da Europa de então - o sucesso da insurreição está intimamente relacionado com a natureza e as limitações da WIC, de um lado, e com os acertos diplomáticos da recém-restaurada Coroa de Portugal. Por estes motivos, e como mostram as obras de Giovanni Arrighi e Evaldo Cabral de Mello, no Brasil holandês acontece um peculiar ponto de convergência entre a História Geral e a História do Brasil. Enquanto isso acontece, o "tempo dos flamengos" torna-se também um tópico extenso e que requer, além da dedicação do historiador, uma quantidade de tempo ligeiramente maior.

Neste sentido, é demasiado pretensioso esperar que esta pesquisa esgote as possibilidades abertas pelo assunto: a busca dos efeitos da ocupação holandesa do Nordeste, sejam eles os mais efêmeros ou os mais

duradouros, pode render ao historiador uma vida inteira de dedicação: a presença holandesa - ou as guerras propriamente ditas - deixou marcas na economia, na sociedade, na mentalidade e na geografia pernambucanas. Entretanto, com o trabalho realizado na presente pesquisa algumas destas marcas puderam ser descobertas.

A primeira delas, como foi dito, é a própria cidade de Recife. Se antes era um pequeno vilarejo de trabalhadores do porto, subjugado pela força das águas, depois da sua ocupação pelos flamengos viveu um período de crescimento impressionante. Durante a administração do Conde João Maurício de Nassau, Recife e a Ilha de Antônio Vaz foram urbanizados, edificadas e condicionadas para a habitação humana. Sem as pontes, os diques e os canais - vale dizer, sem a engenharia flamenga e o espírito público do governador - isso não teria sido possível. Mas ao mesmo tempo que a construção de Recife criava um novo meio para o povoamento da cidade, criava também a classe urbana que a povoaria, outrossim impulsionando a diversificação e o desenvolvimento da atividade econômica (dos soldados com tempo de serviço cumprido surgiam pedreiros, alfaiates, taberneiros, carpinteiros, e todo tipo de ofício). Esteve no Recife holandês a primeira Câmara de representação popular das Américas, a dos Escabinos, e tamanha é a popularidade de suas obras públicas que nem se faz necessário aqui explicitá-las. A Cidade Maurícia criou um

mundo cosmopolita inédito no Brasil de então, constituindo um tipo de urbanização diferente do de Salvador, o outro núcleo mais importante da colônia em meados do século XVII.

A mudança no regime de comércio e navegação é o segundo efeito da ocupação e da guerra por Pernambuco. Como foi visto, a disputa no Nordeste brasileiro foi patrocinado pelos lucros de sua economia açucareira. Para que tais lucros existissem era preciso que o açúcar fosse navegado para Amsterdam, onde era comercializado para o resto da Europa. Portanto, para fazer frente à supremacia naval dos flamengos, Portugal teve de constituir uma Companhia Geral do Comércio do Brasil que avolumasse uma quantidade suficiente de capital para patrocinar comboios escoltados para fazer a navegação do comércio brasileiro. Isto representou o fim do período de liberdade comercial que gozou a colônia durante a unificação dos tronos ibéricos, enquanto a Coroa espanhola direcionava seus recursos marítimos para a frota da prata e deixava o comércio do Brasil para empresários independentes da navegação ultramarina. Com o aumento do tráfego de navios flamengos do litoral brasileiro, após a conquista de Recife em 1630, a comunicação de Pernambuco com a metrópole virtualmente cessou. Apenas após a criação da Companhia Geral, depois de 1650, era seria efetivamente reativada.

Na verdade, a transição do regime de comércio e navegação para um sistema monopolista não é apenas consequência da guerra no Atlântico, mas faz parte também do momento da evolução do capitalismo na Europa, em que outras nações estão adotando companhias de comércio aos moldes da VOC holandesa. O sucesso da Companhia Geral não se deve apenas à expulsão dos holandeses, mas à sua própria força enquanto empresa comercial capitalista. O resultado disso em Pernambuco foi a deterioração dos termos de troca para a economia produtora de açúcar, enquanto o preço do açúcar vendido caía e o preço dos produtos importados aumentava, fato que provocou protestos em diversas instâncias. Com a economia açucareira na Europa em queda livre e o fim do período de taxas de juros baixas e dos prazos de carência, a grande lavoura de açúcar teria sérios problemas ao longo da segunda metade do século XVII, culminado na Guerra dos Mascates em 1710.

Um terceiro efeito foi a metamorfose da açucarocracia em nobreza da terra, segundo Evaldo Cabral de Mello. A mentalidade herdada da guerra de restauração aliada à crise econômica da lavoura de açúcar provocou uma alteração nos sistemas de poder da elite pernambucana<sup>16</sup>. Embora este tópico fuja um pouco à História Econômica, ele é igualmente importante no entendimento dos eventos que ocorrem em

Pernambuco depois da restauração. Aliado a este movimento está a disputa judicial pela propriedade dos engenhos pernambucanos entre senhores de engenhos confiscados e seus antigos donos. Tal disputa se arrastou até meados de 1680, devido à indefinição diplomática do acordo de paz de Portugal com as Províncias Unidas, o que tornava incerta a situação daqueles que tinham dívidas com a WIC. Como consequência, a nascente aristocracia pernambucana se dividiu em embates políticos pela propriedade dos engenhos que a enfraqueceu.

O quarto efeito é um evidente atraso no desenvolvimento econômico de Pernambuco, datado do período pós restauração. Os territórios ao norte de Olinda (Itamaracá, Paraíba e Rio Grande) estavam desabitados, devido à concentração da população no sul de Pernambuco, conforme foi explicado. Depois da guerra, o interior se encontrava em estado de penúria, e era urgente receber algum socorro. Mas o principal é que, ao longo da ocupação holandesa do Nordeste, o investimento público da Coroa espanhola e portuguesa concentrou-se na Bahia, causando, até certo ponto, uma disparidade entre as economias baianas e nordestinas que pode ser vista ainda hoje. Tal concentração do empreendimento público talvez explique o porque das boas relações entre a açucarocracia baiana com

---

<sup>16</sup> MELLO. *Rubro Veio*, cap. 4.

os comerciantes reinóis da Companhia Geral em Salvador, enquanto em Pernambuco houve rivalidade por toda a segunda metade do século XVII e guerra civil no início do século XVIII.

## 7. BIBLIOGRAFIA

### Fontes primárias:

CALADO, Frei Manuel. **O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade**. São Paulo: Editora da USP, 1987.

CORTESÃO, Amando e MOTA, Avelino Teixeira da. (orgs.) **Portvgaliae Monvmenta Cartographica**, vols. IV e V. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987.

### Fontes éditas:

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.

BUARQUE DE HOLLANDA, Sérgio. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**. 7ª ed. Rio de Janeiro: José Olympo, 1985.

GONSALVEZ DE MELLO, José A. **Tempo dos Flamengos**. Prefácio de Gilberto Freyre. 3ª ed. - Recife: FUNDAJ, Editora Massangana; Instituto Nacional do Livro, 1987.

MELLO, Evaldo C. de. **A Fronda dos Mazombos - Nobres contra Mascates, Pernambuco 1666-1715**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MELLO, Evaldo C. de. **Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária; São Paulo: Editora Da USP, 1975.

MELLO, Evaldo C. de. **Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

SOUTHEY, Robert. **História do Brasil**. Trad. Dr. Luís de Oliveira. São Paulo: Editora da USP, 1989.

WÄTJEN, Hermann. **O Domínio Colonial Holandês no Brasil.**  
Trad. Pedro Celso Cavalcanti. São Paulo, Rio de  
Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora  
Nacional, 1938.